

- Distrito  
Concelho  
Freguesia  
Telefone  
Fax  
Endereço da Entidade (url)  
Endereço eletrónico (\*)
- 2 — Tipo de procedimento (\*)  
Procedimento aberto a qualquer fornecedor (sim/não)
- 3 — Natureza e extensão dos trabalhos e características gerais da obra (descrição sucinta) (\*)
- 4 — Indicações adicionais  
Referência Interna
- 5 — Local da execução da obra (\*)
- País  
NUT III  
Distrito  
Concelho  
Freguesia
- 6 — Prazo de execução da obra (\*)  
Prazo (\*)  
«XXXX dias ou XXX meses ou XX anos»
- 7 — Documentos de Habilitação  
7.1 — Habilitação para o exercício da atividade profissional (sim/não)
- 8 — Acesso às peças do procedimento  
8.1 — Consulta das peças do procedimento
- Designação do serviço onde se encontram disponíveis as peças do procedimento para consulta dos interessados (\*)  
Endereço desse serviço (\*)  
Código postal (\*)  
Localidade (\*)  
Telefone  
Fax  
Endereço eletrónico (\*)
- 8.2 — Fornecimento das peças do concurso, apresentação de pedidos de participação e apresentação das propostas  
Plataforma eletrónica utilizada pela concessionária (\*)
- 9 — Apresentação de candidaturas e/ou propostas  
9.1 — Prazo para apresentação das candidaturas e/ou das propostas (\*)  
Até às HH:MM do XXX.º dia a contar da data de envio do presente anúncio
- 9.2 — Modo de apresentação das candidaturas e/ou das propostas (\*)
- 10 — Prestação de caução, quando for o caso
- 11 — Data de envio do anúncio para publicação no *Diário da República* (\*)
- 12 — O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado no *Jornal Oficial da União Europeia?* (\*) (sim/não)
- 13 — Outras informações  
Serão usados critérios ambientais? (\*) (sim/não)
- 14 — Identificação do autor do anúncio (\*)
- Nome  
Cargo
- (\*) Preenchimento obrigatório.

## NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Aviso n.º 143/2017

Por ordem superior se torna público que, em 17 de novembro de 2017 e em 24 de novembro de 2017, foram recebidas notas, respetivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pela Embaixada de França em Lisboa, em que se comunica terem sido cumpridos os respetivos requisitos do direito interno de entrada em vigor do Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para Evitar a Dupla Tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento (assinada em Paris, a 14 de janeiro de 1971), assinado em Lisboa, a 25 de agosto de 2016.

O referido Acordo foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 58/2017 e ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 31/2017, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 66, de 3 de abril de 2017.

Nos termos do seu artigo 7.º, o Protocolo entra em vigor a 1 de dezembro de 2017.

Direção-Geral dos Assuntos Europeus, 7 de dezembro de 2017. — O Diretor-Geral dos Assuntos Europeus, *Rui Vinhas*.

110982956

## PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

### Portaria n.º 372/2017

de 14 de dezembro

Através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, foi alterado o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

O n.º 1 do artigo 81.º do Código estabelece que, nos procedimentos de formação de quaisquer contratos, o adjudicatário deve apresentar uma declaração e documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 81.º do referido Código, as matérias respeitantes à habilitação do adjudicatário, designadamente a titularidade de alvará e certificado de empreiteiro de obras públicas e o modo de apresentação desses documentos obedecem às regras e aos termos a definir por portaria do ministro responsável pela área das obras públicas.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.

110989088